

SENTIDOS E POSSIBILIDADES DO *CORPOESPAÇOTEMPO* PÚBLICO. ESCALA, INTERVENÇÃO E OUTRAS ABORDAGENS.

Adriana Gomes do Nascimento
UFSJ
adrianan@ufsj.edu.br

Apresentação

Esse ensaio procura debater o *corpoespaçotempo* público a partir de uma relação pendular entre escalas, num movimento que conjuga relações entre a grande e a pequena escala, entre tempos e espaços, dando sequência a trabalhos anteriores sobre o direito à cidade (HARVEY, 2013 ; LEFEBVRE, 2001) e como desdobramento dos Estatutos oriundos da revisão constitucional de 1988.

Tal orientação ocorre inicialmente através das diretrizes de prioridades e problematizações estabelecidas pelo capítulo de políticas urbanas da Constituição Federal, que estabelece como focos a questão fundiária, o uso e ocupação do solo e as questões ambientais, sem deixar de lado a função social.

Se por um lado tal debate parece desgastado na Metrópole, nas cidades de pequeno e médio portes, nos parece ainda necessário, dadas as condições precárias e incompletas naquilo que diz de *urbanidades*.

Assim, enfatizamos uma priorização simultânea que deveria considerar diferentes e desiguais corpos em ações, espaços e tempos através de cruzamentos e atravessamentos por *modos, tipos e campos* que venham a contribuir com respostas práticas a tais problematizações.

Daí, apontamos para alguns dos estudos que orientaram e que, atualmente, oriundos do projeto de pesquisa Sistema de Equipamentos Coletivos e Espaços Públicos com base em sentidos tempo-espaciais e espaço-temporais (NASCIMENTO, 2009) que procuram situar a transição tanto do privado em direção ao público, quanto vice-versa.

Se em seus fundamentos a cidade foi monumentalmente marcada por edificações e estruturas determinadas por demandas hegemônicas, de classe e de grupos, como fruto de suas próprias necessidades e interesses - formações históricas e « tradicionais » -, no Brasil essa lógica se reproduz, estratégica, por um lado, e inquestionadamente por outro, como marca e referência à outras culturas, sobretudo da européia e de práticas e espaços socio-

culturais (câmaras e cadeias, igrejas, teatros, museus e, mais tarde, os equipamentos coletivos de usos públicos) (SANTOS, 1996 ; CARLOS, 2011).

Na atualidade as demandas que se colocam, orientam e são orientadas ainda por tais lógicas, e as respostas a elas carecem de revisão tanto em senso teórico, quanto em sentido prático.

Assim, sem o entendimento e análise do que se tem e do que se necessita, entre o que temos e o que queremos, dificilmente chegaremos a respostas concretas. Nesse sentido ao cruzarmos orientações da constituição federal via políticas urbanas, culturais, educacionais e assistenciais – para idosos, crianças e adolescentes), programas governamentais (Educativos, Culturais e Urbanos) e demandas reais institucionalizadas vimos estruturando mapeamentos e estudos num cruzamento fruto de ensino-pesquisa-extensão.

Através de abordagens (entre) escalas, referentes não apenas ao tamanho das cidades em estudo, mas sobre a escala das abordagens que remetem tanto ao grande, extrapolando a noção territorial e alcançando o mundial do urbano e, que retorna ao pequeno, ao cotidiano e ao gesto, num movimento dialético entre o global e o local (ANJOS, 2005), incluindo o particular, vimos justapondo natureza e técnica (SANTOS, 1996).

No entanto, não se trata apenas de justaposição antagônica e polarizada, dada a necessidade de abrangências que garantam ampla sobrevivência num envolvimento de todos e todas - incluindo outras espécies – mas também de tentativas ditas bolivarianas, talvez, de « disjunções¹ » e que deveriam ser tratadas com justiça e equilíbrio.

A abrangência deste trabalho procura abarcar sentidos *corpoespaçotemporais* que vão do urbano ao rural e que denominamos (r)urbano, remetendo a uma configuração ambiente-cultural que carregada de sentidos e espacialidades em construção / transformação por um lado – rápido processo de urbanização, sem necessariamente ser urbano -, e por outra em fragmentação/ segregação – dadas a realidade de reprodução sócio-espacial (CARLOS, A, 2011 ; LEFEVBRE, ; IBGE, 2010 ; CASTELLS, 2009).

Estruturamos nossas formulações teórico-metodológicas numa ordem-relação que, de certo modo, apresenta conjunções certamente incompletas, e que num primeiro momento podem parecer contraditórias pois experimentais e numa tentativa analítica sobre o *espaço público* em associação à noção de equipamentos coletivos relacionada à sua *escala* e às categorias de tempo e de espaço, associadas simultaneamente e em sentidos distintos : do

¹ Vide as discussões teóricas, pós-estruturalista e desconstrutivistas de Bernard Tschumi (1988) acerca da disjunção arquitetônica, aqui utilizada numa orientação e com sentidos ampliados em direção a um urbano mais justo e igual-diferente (Oiticica, 1972) e não desigual.

tempo em direção ao espaço (tempo-espaço) e do espaço em relação ao tempo (espaço-tempo).

Num primeiro momento apresentamos a seguinte abordagem sobre o espaço público² advindo dos apontamentos de Françoise Choay (1988, p. 275):

Passados muitos anos do urbanismo operacional, há uma quinzena de anos, os debates modernos sobre forma e significação do espaço público dentro da organização* urbana permanecem ainda dependentes de referências comumente mal amparadas à história e à morfologia dos espaços; que parecem atualmente corresponder à noção de transposição do objeto a transposições redutoras, puramente formais. Desse modo, de acordo com o caso, ruas, praças, passagens resultadas de novas operações ou de novas cidades, permanecem ainda calcadas em modelos medievais que privilegiam a escala da intimidade, facilitando a apropriação dos lugares, assim como os modelos clássicos que se aplicam à monumentalidade. Quais sejam as soluções adotadas e os esforços para estabelecer uma polifuncionalidade dos espaços públicos não se pode deixar de lado que a noção de espaço público – admitindo que ela ainda possui um sentido – demanda, junto com a noção correlativa de prática social coletiva, ser repensada no contexto histórico atual das sociedades ocidentais e chamada, da parte dos urbanistas, a uma grande circunspeção. (Tradução nossa.)

A questão que aqui se coloca é sobre a dimensão do espaço público, que não se refere apenas à sua escala ou à forma de tais espaços presas ao tempo, mas também àquilo que se busca alcançar dependendo do lugar (*locus*), de sua especificidade (*site specific*), de seu contexto e de sua situação (*in situ*).

Para além, e num sentido de associação de categorias analítico-propositivas e metodologias pode e deve-se contribuir para sua compreensão de excepcionalidade, assim como de ordinariedade entre aquilo que é matéria (fixo) com aquilo que é prática (fluxo).

Quanto à noção de localidade e de lugar não se pode atingi-los ou alcançá-los sem sua apreensão e apropriação numa abordagem que envolve e é envolvida pelo ambiente,

² Aqui a referência no original: Largement passé dans l'urbanisme opérationnel depuis une quinzaine d'années, les débats modernes sur forme et significations de l'espace public dans l'aménagement urbain sont encore largement dépendants de référence les plus souvent mal maîtrisées à l'histoire et à la morphologie des espaces, qui semblent aujourd'hui correspondre à cette notion et qui font l'objet de transpositions réductrices, purement formelles. Ainsi, selon les cas, les rues, places, passages des nouvelles opérations ou de villes nouvelles, sont calquées tantôt sur des modèles médiévaux qui privilégient l'intimité de l'échelle, facilitant l'appropriation des lieux, tantôt sur des modèles classiques qui misent sur la monumentalité. Quels que soient les solutions adoptées et les efforts tentés pour rétablir une polyfonctionnalité des espaces publiques, il n'en demeure pas moins que la notion même d'espace public – en admettant qu'elle ait encore un sens – demande, avec la notion corrélatrice de pratique sociale collective à être repensée dans la contexte historique actuel des sociétés occidentales et appelle, de la part des urbanistes, une grande circonspection.

sempre ampliado por seus múltiplos sentidos, que impossível abarcá-lo através de visão únicas.

De nossos questionamentos sobre aquilo que denota urbanidade à estrutura física da cidade, qual seria o « denominador comum³ » (CHOAY, 2006, p. 93) que poderia contribuir para a *qualificação* da cidade tanto do ponto de vista espacial, quanto social e formador, que permitisse sobrepor o público e o privado? Como pensar escalas distintas e complementares como a da intimidade e a da monumentalidade⁴ ?

Apontamos aqui algumas relações referentes ao espaço público (CHOAY, 1988 ; 2006), tratados em trabalhos que se referem às suas diferentes naturezas e escalas. Num primeiro momento relativo aos espaços urbanos em escala industrial, vazios, obsoletos e degradados (NASCIMENTO, 2000), para em seguida fazer um percurso sobre ações e espaços *culturais* no processo de formação e estruturação política e urbana tradicional, no caso de duas das metrópoles do sudeste brasileiro : São Paulo e Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2009) atingindo na atualidade a dimensão pública de equipamentos coletivos *educativos* nas escalas de médio e pequeno portes (NASCIMENTO, 2014).

Momento nº1 : das instabilidades culturais

Mesmo na capital da república, no Rio de Janeiro e/ou numa cidade que crescia enormemente como São Paulo, desde a primeira modernidade, os equipamentos coletivos e os espaços públicos, sobretudo os *culturais* e expositivos, contemplavam prioritariamente a lógica permanente, em detrimento da temporária, já que praticamente escassos e/ ou dispersos, pois como lacunas nas quais o tempo se coloca diante do espaço.

Tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro, os movimentos no sentido de se completar lacunas, fossem públicas e/ou privadas iniciam-se por ações artístico-culturais advindas sobretudo dos campos das Letras e das *Belas Artes*.

E, se há um movimento de ampliação dos debates culturais e educativos no Brasil este ocorre num primeiro momento e com maior força até meados do século XX. No entanto, dentre as conseqüências da segunda ditadura no Brasil, a partir da década de 1960, o que se promove é também o seu dilaceramento e abandono atingindo o espaço público.

³ A questão do denominador comum surge nas palavras de Choay, em suas releituras de *Der Städtebau de Camillo Sitte* em seus estudos sobre Viena e as cidades antigas, medievais e seus espaços públicos e seus fundamentos artísticos e estéticos.

⁴ Em 1999, Sophia da Silva Telles volta a retomar a simultaneidade entre a monumentalidade e o intimismo para tratar da obra de Lucio Costa.

Dessa passagem para o período pós-ditadura as heranças estão em diversos e inúmeros escombros e vazios centrais e periféricos, intra-urbanos e intra-metropolitanos.

A questão da qualidade de espaços e tempos refere-se também ao descarte e ao abandono daquilo que, devido sua aparência, perde sentido. A ânsia pelo novo e a sedução promovida pela lógica do consumo e do descarte colocam-se como desafios face ao urbano e que merece maiores cuidados, sobretudo através da educação e da cultura, desde a escala dos objetos cotidianos, atingindo infra e estruturas (NASCIMENTO, 2014).

Nas décadas de 1980-1990, a retomada de movimentos volta a ampliar práticas e processos, atingindo não apenas as lacunas tempo-espaciais, mas também os vazios espaço-temporais.

É nessa passagem pós Ditadura Militar que as *intervenções* se fortalecem como *modo ação, incorporando e* ampliando conotações para além das militares, denotando outros sentidos e aplicações. As *intervenções* passam a ser incorporadas tanto pelo mercado, quanto por problematizações que, apreendidas no sentido de transformação, se colocam como disjuntivas, podendo ser diretas ou indiretas, permanentes ou efêmeras (NASCIMENTO, 2009).

A intervenção como possibilidade é aquela que recupera e/ ou refaz sentidos daquilo que se foi e/ ou ainda que virá :

A própria modelização e tipificação da arquitetura acabam desfavorecendo uma leitura crítica ou problematizadora, quando apresentadas sob diferentes ações e intervenções. Pela influência, a política e o poder público, acabam por serem corrompidos pelos sentidos a eles designados e por os corromperem, ao aprovarem projetos sem critérios mais amplos e que analisem por exemplo, a estética, cuja interferência em qualidades visuais urbanas acabam por corromper sentidos, inclusive o de paisagem e de ambiente urbanos (NASCIMENTO, 2009, p. 220)

A questão da qualidade da forma em sua relação à função e aos usos parece perder sentido muito pelo vínculo estabelecido com a crítica ao modernismo, atingindo inclusive as noções espaciais, sobretudo no que se refere às suas materialidades.

Tais mudanças, sejam tempo-espaciais e/ ou espaço-temporais acontecem através de avanços e recuos, e desde meados do século XX e as intervenções se intensificam, sendo incorporadas às Artes, à Arquitetura e mais para a virada para o século XXI se estendendo ao Urbanismo atingindo dimensões conceituais relacionada ao Planejamento Urbano e Regional. Contribuem, portanto, com distintas escalas e programas de ações e face à possibilidades e

entendimentos socio-econômico-culturais contemporâneos e às inúmeras condições legadas pela modernidade, sejam construtivas e/ou destrutivas (SANTOS, 1996).

Dos projetos de intervenção de curta duração mais emblemáticos no Brasil, destacamos o Arte/Cidade em São Paulo que a partir da década de 1990 atua desde áreas centrais urbanas, passando pelas degradadas, obsoletas e de porte industrial⁵.

Além de ações como essa do Arte/ Cidade, na grande escala, apontamos ainda para outros *modos* e experiências que, em outras escalas, apontam para outras vistas de uma mesma problemática, e que por isso, praticamente invisíveis, seja pelo *tipo*, oriundos de diferentes *campos* e com temporalidades e/ou temporariedades diversas.

A problemática e a abrangência da temática do espaço público, em suas implicações com questões diversas e sobre o *comum* vêm sendo reconstruídas na atualidade sobrepondo e reforçando leituras da cidade associadas à experiências vividas, aos estudos urbanos e culturais.

Ao contextualizarmos a questão da produção dos espaços em relação às ações culturais e face aos movimentos artísticos o que se coloca como premissa são as leituras dos movimentos da/na modernidade que, aparentemente, atingem uma suposta pós-modernidade tanto pela escala, quanto por transição, de corpo-tempo-espaço em corpo-espaço-tempo.

Momento nº2 : a escala *corpoespaçotempo* através do lugar

Ao deslocarmos o vetor para Minas Gerais trazemos a dimensão corpo-espaço-tempo pública a partir de algumas considerações acerca dos equipamentos coletivos, enquanto espaços públicos e semi-públicos.

Apresentamos ainda alguns cruzamentos de ações e de dados, fruto do processo de implantação do programa Mais Educação na região histórica do Campo das Vertentes, e mais precisamente na cidade de São João Del-Rei.

Trataremos aqui de algumas distâncias existentes, não necessariamente relacionadas àquela entre dois pontos ou mais, nem sequer numa dimensão apenas espacial. A distância que aqui enfatizamos acontece por ausência de diálogos e/ ou práticas que ainda carentes de abordagens para acolher tais necessidades.

⁵ A temática, (arte) e (cidade) : Ação Cultural e Intervenção Efêmera estudada em tese de doutorado dá continuidade aos questionamentos e estudos sobre a Degradação Urbana, no caso de áreas de porte industrial, como as portuárias, com ênfase na do Rio de Janeiro.

Ao entendermos que a educação sem cultura de pouco serve e, que dentre as premissas da educação integral está o fato de ambas estarem integradas, se não há apropriação mútua entre ambas, muitas vezes isso ocorre mais por ausência de articulação (diálogos, entendimentos e/ ou parcerias) entre intâncias e suas ações (da direção da escola tanto face à Secretaria de Educação, quanto à possíveis instituições parceiras), do que por qualquer outro fato.

No caso de a gestão escolar local ficar refém de decisões que chegam da parte do Governo, e ainda, se não houver envolvimento com a comunidade e com a gestão pública, numa troca efetiva de demandas e soluções, trocas de idéias e experiências, dificilmente bons resultados aparecerão.

Questões, como a da integralidade na educação, podem impulsionar uma escola a melhorar, quanto a paralisar. As mudanças nem sempre são bem-vindas e demandas como essa dizem de ampliações de espaços e de tempos e não apenas nos termos da sua qualidade pedagógica.

O que vem auxiliando esse processo em Minas Gerais tem sido a atuação do Observatório da Educação (OBEDUC) via o envolvimento entre Universidades e a atuação de pesquisadores e extensionistas nesse sentido.

A experiência como colaboradora no projeto OBEDUC tem sido de atuação dentro e junto com algumas escolas municipais dentro e fora da malha urbana, assim como na região.

Aqui trataremos do caso da Escola Maria Teresa cujo processo vem sendo bastante interessante por conta do cruzamento e do envolvimento entre ensino-pesquisa-extensão e da possibilidade de se pensar e experimentar metodologias através de:

1. Cruzamento de políticas públicas como o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor da cidade de SJDR, o Estatuto da criança e do adolescente ; 2. Análise e estudo da forma urbana e de seus elementos constitutivos, em especial dos equipamentos coletivos e dos espaços públicos, por levantamentos quantitativos e estudos qualitativos de alguns destes espaços ; 3. Análise da forma arquitetônica escolar : forma-aparência (estudos qualitativos de seus espaços externos e internos) e forma-conteúdo (usos, funções, estudos quantitativo de seus espaços externos e internos); 4. Deriva psicogeográfica : Caminhos, percursos e trajetos em dois movimentos escola-cidade, casa-escola (com realização de alguns vídeos).

Os resultados procuraram articular o projeto do Observatório da Educação (UFMG-UFSJ), ao Programa Mais Educação nas Vertentes à nossa pesquisa Sistema de Equipamentos Coletivos e Espaços Públicos, no sentido de contribuir e reorientar as

atividades cartográficas em desenvolvimento, avançando em resultados e parcerias culturais e voltadas para a qualidade de vida, face às políticas públicas e à gestão urbana.

Entendemos a cartografia como processo de reconhecimento e que pode ser realizada a partir de diferentes ferramentas e metodologias (das sociais às tecnológicas) auxiliares nos processos de análise urbana, tanto para entender a estrutura do espaço urbano existente, quanto para o auxílio de decisões sobre *a cidade que queremos*.

As experiências devem ser entendidas como tentativas no sentido de avanços, como método progressivo-regressivo e/ou mediato-imediato (LEFEVBRE,) e casos como o de uma professora do ensino fundamental que levou os alunos para fazer pic-nic num campinho « baldio » e cujas crianças voltaram cheias de carrapato, além de terem sido postas em « risco » de serem picadas por cobra. Casos como esses servem como base para outras ações no sentido de se reorientar práticas como as sugeridas tanto por programas de governo, quanto por outras articulações possíveis para além do Escola-Bairro, como o cidade-escola, cidade-natureza, casa-escola.

De nossa experiência nesse processo de formação na região do Campo das Vertentes, dizemos daquilo que influencia experiências, práticas e processos num primeiro momento, e que entendemos fundamental para o reconhecimento de onde estamos.

Junto, simultâneo ou não, dizemos de diversas abordagens teóricas que podem ser auxiliares nessas construções criativo-educativas: o *contextualismo* (em Arquitetura dizemos de Kenneth Frampton), o *situacionismo* (todas as práticas derivadas do Movimento Situacionista) e de *localização* (Lefebvre, 1995 ; Harvey, 2013 ; Castells, 2009) que podem ser associar aos debates e análises no sentido de se planejar e, portanto, de decidir caminhos para as questões que se colocam sobre e em relação com a cidade, de modo complexo e real, pois numa articulação de e entre escalas, do humano àquilo que o circunda e com tudo aquilo que os índios bem conviveram e durante tanto tempo.

Há aqui um paradoxo entre *distintas racionalidades e orientes negados* (RIBEIRO, 2005) com os quais ainda temos que aprender lidar, saber dosar, medir e distinguir sobretudo entre aquilo que é necessário, aquilo que é indispensável e, mesmo, ao urgente.

Assim, permanecem inúmeras questões sobre os espaços públicos numa articulação com espaços educativos, artísticos, culturais e de lazer em relação com as diferentes políticas que orientam o chamado de « tempo integral » na cidade e na vida, seja dentro ou fora do espaço escolar « tradicional ».

Outras abordagens sobre corpos em movimento : contemporaneidade e vernacularidade.

As raízes dessa alienação estão fundo em nossa cultura, chagando, no mínimo, até a filosofia de Platão e sua distinção entre o âmbito das ideias e o mundo da experiência dos sentidos, e passando pelo cristianismo, que denegriu o corpo em favor da alma. (ZOHAR, 1990, p.15)

As cidade de pequeno e médio portes ainda atravessam algumas barreiras, sejam em escalas - desde a ausência de serviços, equipamentos e espaços como os parques urbanos, à praças adequadas às necessidades e desejos da vida urbana, passando pela ineficaz conectividade relacionada à « banda larga » e à mobilidade e suas lentas velocidades que se refletem nas qualidades de infra e de estrutura urbana ainda incapazes de adequar necessidades e apropriações com respostas e imagens relacionadas às possibilidades que a contemporaneidade oferece e numa simultaneidade de respostas espaço-temporais.

Mais importante talvez, do que apenas quantidades e/ ou qualidades de serviços e competências para lidar com as condições ditas pós-modernas, a própria noção de modernidade e de modernização permanecem praticamente intocadas em determinadas esferas urbanas e ainda pouco ou incapazes de lidar com aquilo que resta de *natureza*.

Se há borda e/ ou periferia nas grandes escalas metropolitanas, ao ampliá-la para a escala extra-metropolopolitana ou ainda inter-metropolitana temos lacunas que necessitam ser melhor exploradas, não apenas como áreas de reserva, mas como áreas de proteção daquilo que resta de paisagem e ambiente cultural.

Entendemos que, nesse momento, o tempo e o espaço, não intra, mas inter-metropolitano deva ser repensado no sentido de salvaguarda, num sentido de planejamento urbano, mas sobretudo regional, em macro escala, já que o humano no planeta, vem se tornando prioritariamente urbano. Assim, nossa abordagem discorre sobre nosso *movimento* no espaço-tempo, numa trajetória que chamamos aqui de *quase-etnográfica* numa referência ao texto escrito por Helio Oiticica sobre a obra do artista Carlos Vergara (FUNARTE, 1972).

Momento Sistêmico : em escala de objetos e ações. Paisagens Simultâneas

Com o intuito de considerar e encerrar nesse momento a amplitude de nossa abordagem com relação ao tema proposto avançamos ainda para mais uma algumas questões :

a dos sistemas e dos corredores ecológicos e a relação deles com as manchas urbanas, e perguntamos : herméticas e/ ou permeáveis ?

Cabe, portanto tratar das questões em suas diferentes escalas, tendo em vista particularidades distintas e, portanto, os distintos desafios entre as diferentes *escalas* e, assim com outras e mais amplas abordagens, seja através das lacunas, dos vazios e/ ou do atendimento às urgências:

- Nacionais;
- (entre) Estados;
- (entre) e Dentro das Regiões metropolitanas;
- (entre) Cidades: numa real e possível articulação regional;
- em relação à Localização e Posição na Região;
- relações entre Bordas e Centralidades (sejam as áreas centrais, tombadas ou não);
- Agentes, Processo e Práticas de Transformação;
- Relações entre Forma e Conteúdo;
- Forma-conteúdo urbano/territorial relacionada aos equipamentos coletivos e aos espaços públicos (de pequeno e grande portes).

Assim a articulação que vimos nos dispendo a trabalhar em nossas ações de ensino-pesquisa-extensão têm sido no sentido de relacionar arte-cidade-natureza e, por outro, ação, espaço-tempo, territórios e fronteiras, construindo multi e transdisciplinaridades, com base nas complexidades contemporâneas e na teoria dos sistemas, sem as quais, em nosso entendimento, pouco se avança naquilo que nos é caro, em direitos e deveres e no sentido da qualidade de vida, para todos.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. 2002 [1958]. A Condição Humana. RJ: Forense Universitária.
- ANJOS, Moacir dos. 2005. Local/ global: arte em trânsito. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
- CARLOS, Ana F. A. 2011. A Condição Espacial. SP: Contexto.
- CASTELLS, M. 2009. A Questão Urbana. RJ: Paz e Terra.
- CHOAY, F. MERLIN, P. 1988. Dictionnaire de l' Urbanisme et de l'aménagement. Paris: Presses Universitaire de France.
- CHOAY, F. 2006. Pour une Anthropologie de l'espace. Paris: Seuil.

- HARVEY, David. 2013. O direito à Cidade. Revista Piauí, Julho, p.38-43.
- JAQUES, P.B (Org.). 2003. Apologia da Deriva. Escritos Situacionistas sobre a cidade. RJ: Casa da Palavra.
- FUNARTE. 1978. Carlos Vergara. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura.
- LEFEVBRE, Henri. 2001. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro.
- _____. 2008. A Revolução Urbana. BH : Editora UFMG.
- _____. 1995. Lógica formal, lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- NASCIMENTO. A. G. 2014. Contribuições mútuas: cidade-escola, escola-bairro, casa-escola. O caso da Escola Municipal Maria Teresa em São João Del-Rei, num processo de ensino-pesquisa-extensão. IN Anais I Seminário Internacional de Educação Integral, TEIA/UFMG.
- _____. 2014. Heritage, infrastructure, structure and *urban form*. Challenges for brazilian historical cities and/or colonial matrix. IN Book of ISUF, Universidade de Engenharia do Porto.
- _____. 2011. ‘Territórios do corpo-espaço tempo. Quem Planeja?’ In Anais ENANPUR. ANPUR, Rio de Janeiro.
- _____. 2009. (arte) e (cidade): Ação Cultural e Intervenção Efêmera. Tese de doutorado defendida no Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- RIBEIRO, Ana Clara T. et al. 2005. Formas em Crise. Utopias Necessárias. Rio de Janeiro.
- SANTOS, M. A Territorialidade o lugar.
- SANTOS, Milton. 1996. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
- TSCHUMI, Bernard. 2008. Introdução: Notas para uma teoria da disjunção arquitetônica (1988) IN Uma Nova agenda para a Arquitetura. Antologia teórica 1965-1995. SP: Cosac Naify.
- ZOHAR, Danah. 1990. O ser quântico. SP: Editora Best Sellers.
- MOTA FILHO, G. 2003. O Risco: Lucio Costa e a Utopia Moderna.

Legislação

- BRASIL, 1990. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em:
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.069-1990?OpenDocument

BRASIL, 2001. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO. ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.257-2001?OpenDocument

BRASIL, 2003. LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO. ESTATUTO DO IDOSO. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.741-2003?OpenDocument

MEC, Ministério da Educação. 2011. **Programa Mais Educação: passo a passo**. Secretaria de Educação Básica. Brasília.

MEC, Ministério da Educação. 2007. UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância; Associação Cidade Escola Aprendiz. **Bairro-Escola: passo a passo**. Brasília.

PMSJ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/ MG, 2008. **Plano Diretor Participativo da Cidade de São João Del-Rei**.